

## GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades

Maria Catarina Chitolina Zanin, Gláucia Assis

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem buscado refletir sobre os diferentes contextos das mobilidades, tanto nas dimensões históricas como contemporâneas, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, observa-se a mudança dos fluxos de mobilidade, com novas categorias jurídicas (migrante, refugiado, visto humanitário, solicitante de refúgio, asilado, entre outros) e nativas sendo atividades nos processos de trânsitos das fronteiras internas e internacionais. Pensando nos Estados (Estado-nação), mas também nas transnacionalidades e nas diferentes escalas de análise, propomos um GT que reflita acerca das possibilidades de diálogo entre essas dinâmicas e as perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia. Com a pandemia mundial de Covid 19, observaram-se mudanças nas mobilidade e também nas imobilidades nacionais e internacionais, com fronteiras sendo fechadas por questões de segurança sanitária, o que gerou, e tem gerado, novas formas e mecanismos de vivência dos projetos migratórios e de mobilidade, em diferentes escalas. A proposta deste GT é agregar trabalhos que tenham como perspectiva refletir e analisar processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as formas de acolhida e de interações interculturais.

### **O "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira: dilemas contemporâneos a partir da imigração venezuelana na Região Norte**

**Autoria:** Lucas Odilon

Este artigo analisa a construção discursiva do "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira vis-à-vis práticas concretas de produção e gestão de imigrantes cis-hétero dissidentes no contexto da Operação Acolhida (iniciativa do governo federal em parceria com ONGs e agências humanitárias para gerir o fluxo de imigração venezuelana na região norte do país). Para tanto, descrevo como ideias, retóricas e práticas dos processos de formação de Estado e construção de nação no Brasil contemporâneo se combinam na produção de um grupo vulnerável: os "refugiados LGBTI". O refúgio motivado pela perseguição por orientação sexual e/ou identidade de gênero ganha contornos de problema internacional a partir da década de 1990, quando surgem os primeiros casos de refugiados reconhecidos nestas bases em países do norte global. Desde então, a relação entre gênero, sexualidade e migração forçada consolidou-se como um campo de produção teórica e prática articulado, sobretudo, à linguagem dos direitos humanos e difundido por agências multilaterais e ONGs transacionais, tornando a proteção internacional de sujeitos cis-hétero dissidentes um elemento estratégico em relações de poder globais historicamente assimétricas. O sistema de refúgio brasileiro não esteve imune a esta tendência. Nos últimos anos, o Comitê Nacional para os Refugiados e o Acnur Brasil deram atenção especial ao tema, promovendo eventos acadêmicos, lançando uma cartilha (ACNUR, 2017) e um levantamento quantitativo sobre as solicitações de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero no país (ACNUR, CONARE, 2018). A maior publicidade dada a acolhida brasileira a "refugiados LGBTI" cumpre um papel importante na manutenção do alinhamento estratégico do país com valores "progressistas" em meio ao avanço local do que tem sido chamado de neoconservadorismo. No entanto, como aponta o trabalho de campo realizado nas cidades de Manaus (AM) e Boa Vista (RR), os dados oficiais sobre "refúgio LGBTI" no Brasil mostram um retrato limitado da presença de imigrantes cis-hétero dissidentes em território nacional. Primeiro, porque não capturaram o movimento de dezenas de milhares de imigrantes venezuelanos que se estabeleceram no norte do país, onde solicitaram refúgio ou residência temporária. Segundo, porque a

complexa realidade dos fluxos mistos de imigração nessa região e as alternativas de regularização migratória disponíveis para nacionais venezuelanos no país dificultam a identificação desses sujeitos com a categoria "refugiado LGBTI", não obstante sua importância para as instituições imersas na rede de gestão humanitária de imigrantes ditos vulneráveis.

[Trabalho completo](#)

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

